



**CÂMARA MUNICIPAL DE RAFAEL JAMBEIRO**

**ESTADO DA BAHIA**

CNPJ: 15.520.840/0001-85

## **PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO**

Susta, nos termos do art. 49, V, da Constituição Federal, os efeitos do Decreto nº 12.466, de 22 de maio de 2025.

O Congresso Nacional decreta: Art. 1º Fica sustado, nos termos do art. 49, inciso V, da Constituição Federal, o Decreto nº 12.466, de 22 de maio de 2025. Art. 2º Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

## **JUSTIFICATIVA**

O objetivo deste projeto é paralisar os efeitos do Decreto nº 12.466, de 22 de maio de 2025, que veicula a decisão do presidente Luiz Inácio Lula da Silva em aumentar o Imposto sobre Operações de Crédito, Câmbio e Seguro, ou relativas a Títulos ou Valores Mobiliários (IOF).

O reajuste é estarrecedor.

Para as empresas, a alíquota quase dobrou, passando de até 1,88% a.a. para até 3,95% a.a. (geral) e de 0,88% para até 1,95% a.a. (micro e pequenos empresários optantes do Simples – Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006). Ademais, operações como antecipação de pagamento a fornecedores também serão taxadas.

No câmbio, a cobrança sobe para 3,5%, enquanto planos de previdência do tipo VGBL pagarão 5% para aportes mensais acima de R\$ 50 mil.

Além da incontroversa inadequação técnica da medida – que encarecerá o custo do capital de giro e empréstimos, pressionando a inflação – Lula recorre ao IOF para tentar cumprir a regra fiscal sem abdicar de sua obsessão pelo aumento desenfreado dos gastos públicos, com cargos, emendas secretas, doações vultosas a “ONGs amigas”, shows e toda a sorte de mordomias a si, ao cônjuge e militantes.



**CÂMARA MUNICIPAL DE RAFAEL JAMBEIRO**  
**ESTADO DA BAHIA**

CNPJ: 15.538.840/000185

O IOF, porém, é um imposto extrafiscal que somente pode ser utilizado como instrumento para controle da política econômica, inadmitindo o desejado feitiço arrecadatório. Destarte, o decreto do governo é inoportuno e inconstitucional, devendo ser imediatamente sustado pelo Parlamento.

Sala de Sessões

# Ficha Cadastral Do Documento Eletrônico

Projeto de Decreto Legislativo

Protocolo N°: 001

Protocolo Data: 18/08/2025

Documento N°: 1/2025

Processo N°: PDL 001/2025

CHAVE DE AUTENTICAÇÃO DO DOCUMENTO

**1YGKN-W2J90-71FUG-DFZJA**



Para confirmar a autenticidade acesse:

<https://transparencia.tecnogov.tec.br//validador?chave=1YGKN-W2J90-71FUG-DFZJA>

Documento assinado eletronicamente, conforme MP 2.200-2/2001 e Lei Federal 14.063/2020.



**HEMETÉRIO (Gabinete Ver. HEMETÉRIO)**

Assinado eletronicamente 20/08/2025 01:28:32 do IP 10.0.0.2

Tipo: Eletrônica



**DRA. RAYSSA (Mesa Diretora)**

Assinado eletronicamente 20/08/2025 01:28:32

Tipo: Eletrônica



**DRA. RAYSSA (Mesa Diretora)**

Assinado eletronicamente 20/08/2025 01:30:46

Tipo: Eletrônica



**DRA. RAYSSA (Mesa Diretora)**

Assinado eletronicamente 20/08/2025 01:30:46

Tipo: Eletrônica



**NIVALDO (Mesa Diretora)**

Assinado eletronicamente 20/08/2025 09:05:10

Tipo: Eletrônica



**NIVALDO (Mesa Diretora)**

Assinado eletronicamente 20/08/2025 09:05:10

Tipo: Eletrônica



**THIELLY (Mesa Diretora)**

Assinado eletronicamente 20/08/2025 09:06:20

Tipo: Eletrônica



**THIELLY (Mesa Diretora)**

Assinado eletronicamente 20/08/2025 09:06:20

Tipo: Eletrônica



Documento carimbado eletronicamente - 19/10/2023 17:50:20  
Para confirmar, acesse <https://validador.serpro.gov.br/?ts=20231019175020>